

ÍNDICE

Os preços de transferência e a informação financeira empresarial em tempo de pandemia: um estudo empírico sobre a aplicação do princípio de plena concorrência

MARIA ALVES GRAÇA 15

Algumas questões contabilístico-fiscais relativas a contratos de construção: o relevo das estimativas de gastos

ANTÓNIO MARTINS 91

Ativos biológicos, auditoria fiscal e métodos indiretos de tributação

ANTÓNIO MARTINS 107

Os Acordos Prévios sobre Preços de Transferência: uma ferramenta fiscal pouco utilizada?

FRANCISCA DUARTE e ANTÓNIO MARTINS 123

Um Elogio a Rui Nabeiro

ANTÓNIO MARTINS 145

Investimento, sustentabilidade e informação empresarial: novos temas, velhos problemas

ANTÓNIO MARTINS 155

Investimento e incerteza: Keynes, Hayek e uma viagem ao desconhecido

ANTÓNIO MARTINS 167

NOTA DE APRESENTAÇÃO

As questões fiscais suscitam intensos debates político-ideológicos e exigem escolhas entre diversas opções possíveis para lidar com certos problemas que influem nos interesses das organizações empresariais e nos objetivos dos Estados. Os legisladores, os governos, as empresas, as autoridades tributárias, os tribunais, os consultores, e muitos outros interessados nesta temática debatem-se com a necessidade de acompanhar a mudança acelerada das normas tributárias, ela própria derivada da não menos rápida alteração da estrutura económica mundial. Esta, determinando novas realidades transacionais, de produção, de remuneração de fatores, de formas de financiamento e outras, impõe à fiscalidade uma atenção constante ao quadro económico que lhe subjaz.

Acresce a tudo isto que, no domínio da tributação empresarial, a base contabilística do lucro fiscal tem vindo a ser crescentemente influenciada por estimativas, previsões e juízos de valor. O que tem conduzido a um afastamento progressivo entre as regras contabilísticas e as normas fiscais quanto à tributação do rendimento empresarial.

O propósito deste livro, na parte em que apresenta estudos sobre fiscalidade, é o de tratar de temas que, assim se crê, são importantes para as entidades acima referidas.

O primeiro estudo, da autoria de Maria Alves Graça¹, centra-se na análise das potenciais dificuldades da aplicação do princípio de plena concorrência, no contexto dos preços de transferência, derivadas do impacto da pandemia da Covid-19. Pretende-se, pois, analisar quais os principais obstáculos que poderão surgir na aplicação do referido princípio na elaboração de dossiês de preços de transferência, num contexto em que a informação financeira disponível (*e.g.*, rendimentos, gastos, margens) foi afetada pela pandemia. No plano empírico, será realizada uma análise de comparabilidade ao setor automóvel e ao setor farmacêutico (tendo estes sido significativamente afetados) comparando, em ambos casos, os anos de 2019 e 2020. Essa análise será efetuada para os casos de Portugal e Espanha. Não existindo ainda um vasto número de estudos empíricos sobre esta temática no contexto da pandemia, e tendo a OCDE emitido recomendações a este respeito, julga-se que a análise reveste uma importância não despreciable para quem lida, na prática, com estas questões.

¹ As opiniões e análises expendidas em cada estudo ou escrito que consta deste livro apenas vinculam o respetivo autor(a). Por isso, em cada um deles está expressamente identificada a autoria.

O segundo estudo, da autoria de António Martins, explora algumas questões contabilístico-fiscais relativas a contratos de construção. O seu eixo analítico principal incide na ponderação de algumas vertentes da gestão orçamental; em especial nas estimativas de gastos e seu impacto no resultado fiscal.

Esta temática é de particular pertinência num tempo em que a inflação — fenómeno que há décadas não se conhecia com a intensidade que mostra em 2022 e 2023 — pode ter reflexos muito consideráveis nas estimativas de rendimentos, de gastos e, por isso, na periodização dos resultados das empresas do setor. Além disso, mesmo nos casos relativamente aos quais a estimativa inicial das variáveis económico-financeiras de um contrato de construção leve em conta níveis de alteração de preços que incorporem expectativas de inflação assinaláveis, o grau de incerteza que atualmente se vive pode, com elevada probabilidade, conduzir à necessidade da respetiva revisão. A discussão acerca da interpretação das Normas Contabilísticas no tocante a tal necessidade de revisão é, pois, um tema pertinente na gestão financeira e fiscal destas entidades.

O mesmo autor aborda, no terceiro estudo, as consequenciais de inspeções fiscais a sociedades integradas no setor da suinicultura, avicultura, ou outros que utilizam ativos biológicos. Em certos casos, os Relatórios de Inspeção Tributária concluem que existem motivos para o recurso a métodos indiretos de tributação. De entre tais motivos, destaca-se, por ser habitual na respetiva fundamentação, que os indicadores (*ratios*) da margem bruta sobre as vendas são substancialmente inferiores aos valores médios do setor de atividade.

Este escrito discute questões que reputamos pertinentes para os referidos casos de aplicação de métodos indiretos. Assim, e em primeiro lugar, existirá, nos setores da suinicultura, avicultura e outros que usam ativos biológicos, uma especificidade contabilística que implique a necessidade de uma análise aprofundada de indicadores baseados em vendas, gastos e margens? Em particular, aspetos como a «Variação da produção», os «Trabalhos para a própria empresa» e, sobretudo, os «Ganhos de justo valor», devem merecer uma atenção especial? Em segundo lugar, terá a quantificação da matéria tributável, com recurso à margem bruta, sólida base contabilística e económica?

Em seguida, Francisca Duarte e António Martins, partindo do princípio que as entidades empresariais estão sujeitas a possíveis ajustamentos de Preços de Transferência, sublinham que tais entidades podem solicitar Acordos Prévios sobre Preços de Transferência (APPT). Estes acordos fixam o modo como o preço de uma transação entre partes relacionadas deverá ser determinado e, no período em que vigoram, eliminam o risco fiscal associado a essas transações. Todavia, quando se procuram elementos quantitativos

sobre o número de tais acordos, observa-se com um panorama relativamente ao qual a vantagem assinalável dos APPT (certeza quanto a um regime fiscal previamente acordado com a administração tributária) não parece induzir um elevado número de acordos prévios.

Na parte II do livro, surgem três escritos que, não tendo uma natureza fiscal, nos parecem, ainda assim, de levar ao conhecimento dos leitores.

O primeiro reproduz o «Elogio a Manuel Rui Azinhais Nabeiro» que, por ocasião do seu Doutoramento *Honoris Causa*, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra — no âmbito das Comemorações dos 30 anos da Licenciatura em Gestão da FEUC —, foi preferido por António Martins. Nele se descrevem alguns traços marcantes da personalidade do homenageado, a atenção e os meios que dedica aos impactos sociais dos negócios e uma visão da gestão das empresas familiares que fazem de Rui Nabeiro um caso ímpar — e por isso muito merecidamente elogiado — no panorama empresarial português.

Em seguida, no estudo intitulado «Investimento, sustentabilidade e informação empresarial: novos temas, velhos problemas», António Martins trata de dois temas. Em primeiro lugar, se as empresas classificadas como mais sustentáveis geram taxas de retorno mais atrativas para os titulares do seu capital (*doing better, by doing good?*). Depois, e principalmente, se os sistemas de informação existentes permitem aferir objetivamente o grau de sustentabilidade das empresas.

O cerne do problema está em como aferir e mensurar tais práticas, a fim de que, aplicando métricas apropriadas, se utilizem indicadores que permitam premiar algumas empresas e penalizar outras.

Por fim, António Martins, no escrito «Investimento e incerteza: Keynes, Hayek e uma viagem ao desconhecido» acentua que por mais fases e mecanismos formais de decisão que um projeto de investimento possa percorrer, quando se trata de aplicar fundos em produtos ou serviços verdadeiramente inovadores, não há modo de escapar a uma viagem ao desconhecido. Na qual a *inner voice*, ou a intuição acabam, afinal, por constituir a base de decisões que determinam o futuro de indivíduos, organizações e comunidades. Estamos muito perto do que F. Knight afirmou: «*Business judgement is chiefly judgement of men.*»

São viagens ou percursos, por vezes sem roteiro, que correspondem porventura às decisões mais difíceis que, sendo tomadas num plano individual ou organizacional (o ponto focal de Hayek), afetam sobremaneira o desenvolvimento e a estabilidade económico-social (centrais ao pensamento de Keynes).

Ao Carlos Gomes e ao Daniel Taborda, colegas na FEUC, o reconhecimento pela leitura crítica do manuscrito. É devido um agradecimento à FEUC pelas condições proporcionadas para escrever este livro. E, à Almedina, pela confiança demonstrada para o editar.